

BLUMENAU EM CADERNOS

TAXA PAGA
AUTORIZAÇÃO Nº. 48
ECT DR S.C.



TOMO XVI

Abril de 1975

Nº. 4

CANTO DOS COOPERADORES

**Esta publicação pode sobreviver
graças à generosa contribuição dos
seguintes cooperadores**

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos - Blumenau

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A. - Blumenau

Tabacos Blumenau S/A. - Blumenau

Indústria Têxtil Companhia Hering - Blumenau

Artex S/A. - Blumenau

Cia. Comercial Schrader S/A. - Blumenau

Companhia de Cigarros Souza Cruz - Blumenau

Artur Fouquet - Blumenau

Georg Traeger - Blumenau

Electro Aço Altona S/A. - Blumenau

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A. - Blumenau

Fundação Teófilo Zadrozny - Blumenau

Transportadora Vale do Itajaí Ltda. - Blumenau

Felix Hauer - Curitiba

Conrado Hildefonso Sauer - Rio de Janeiro

Fritz Kuehnrich - Blumenau

Armen Mamigonian - Presidente Prudente S. P.

Companhia Industrial Schlösser S/A. - Brusque

Tecelagem Kuehnrich S/A. - Blumenau

Malharia Blumenau S/A. - Blumenau

Gráfica 43 S/A. - Ind. e Com. - Blumenau

Consulado Alemão - Blumenau

Dr. Jucy Varela - Caçador

Blumenau

em Ladernos

TOMO XVI

ABRIL DE 1975

Nº. 4

Cem Anos de Imigração Italiana

VICTOR LUCAS

*Membro do Instituto Histórico e
Geográfico de Santa Catarina*

Não, não sou autoridade para falar sobre a imigração italiana. Entretanto, este fato não há de impedir-me de prestar a minha homenagem à colônia itala do Brasil, mas especialmente a de Santa Catarina e, particularmente, a do grande Vale do Itajaí, onde a incidência deste grupo étnico é de aproximadamente 17% sobre o total da população, com uma grande folha de serviço prestada ao país.

Analisando o que se escreveu e o que existe registrado a respeito desta imigração, podemos afirmar, sem medo de errar, que a imigração italiana, em nosso Estado, iniciou-se muito antes da data prefixada para os festejos do centenário, o ano de 1875-1975.

Infelizmente, ao contrário do sesquicentenário da imigração alemã, que tem uma data certa e prefixada — 25 de julho de 1824 — e que foi celebrada na cidade de São Leopoldo, ponto de partida da colonização, com a participação das mais altas autoridades civis e eclesiásticas do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, na presença dos representantes oficiais do Governo alemão (R.F.A.), a data para o início da colonização italiana no Brasil continua envolta numa espécie de nebulosa, pois, de todas as publicações até agora lidas, não reconta o dia e mês em que desembarcaram os primeiros imigrantes italianos. O ano de 1875 representa, ao meu entender, apenas uma data simbólica, pois, conforme já assinalei linhas atrás, o primeiro grupo de italianos, sardos, entrou em Santa Catarina no ano de 1836, formando o núcleo NOVA ITÁLIA, no antigo Município de São Miguel, no litoral Sul do Estado, sob a tutela da firma Demaria & Schutel. Este primeiro grupo era formado de 180 colonos, número bastante expressivo e que, com as mulheres e filhos, certamente ultrapassava a casa dos 500 ou mais cabeças, portanto, não menor que o grupo alemão que

formara, poucos anos antes, em 1829, o primeiro núcleo alemão, o de São Pedro.

Dizer que se tratava de um empreendimento particular e que fracassara, não é o bastante para infirmar o fato. Também o Dr. Hermann Blumenau experimentou o mesmo fracasso, com a diferença apenas que o Governo Imperial incorporou a Colônia Blumenau, colocando na direção o seu fundador, o filantrópico Dr. Blumenau, prevalecendo, entretanto, a data primitiva para o início da colonização alemã no Vale do Itajaí, o que, de alguma forma, nos dá um sólido respaldo na defesa das datas preva-
lecentes. Em defesa desta minha tese, vamos ler o que sobre o mesmo assunto escreveu o reconhecido e renomado historiador catarinense, Dr. Oswaldo R. Cabral, numa composição, intitulada "POVO E TRADIÇÃO EM SANTA CATARINA", na qual, a fls. 37, diz: "*Foram assim, em 1836, importados cerca de 180 colonos sardos para uma concessão de terras obtida por Demaria & Schutel, num total de mil braças em quadro, no então Município de São Miguel, fundando-se com eles a primeira colônia no litoral (catarinense). Ao que se narra, não cumpriu a firma cláusulas do contrato de concessão, tendo sido, em 1845, declaradas as terras novamente devolutas, caduca a concessão que nelas introduzira, além daqueles 180 colonos, nenhum outro: e dos 180 a maior parte já havia abandonado as glebas, à vista da hostilidade do gentio e a outros fatores supervenientes. Não prosperou, como se vê, e em 1832, passou para o regime comum, integrando-se na vida da freguesia vizinha.*"

Como se tratava de terras pobres, repetiu-se no núcleo de NOVA ITÁLIA, o que se verificou em São Pedro de Alcântara, onde os colonos alemães também se dispersaram, procurando terras melhores e regiões mais favoráveis, chegando até o Vale do Itajaí, o que, não obstante, não infirmou o evento, o da fundação. Se os diretores da firma Demaria & Schutel não inspiraram confiança ao Governo, certamente não o foi devido a sua competência, ou incompetência, mas devido a região previamente delimitada, absolutamente imprópria para a agricultura, tanto assim que a experiência não os animou a continuar na obra colonisatória, reincorporando-se as terras ao patrimônio provincial.

É verdade que o grupo era formado de sardos. Todavia, ao meu modo de entender, não existe nenhuma diferença entre sardos e italianos, como não existe diferença entre piemonteses e italianos, aragoneses e italianos, venezianos, genoveses, pisanos, trentinos, romanos, lombardos e italianos. Todos, juntos, formavam uma família, apenas separados por condados e reinados, tão em voga na época. Se Bismarck uniu a Alemanha, Cavour, na qualidade de Ministro de Piemonte e Sardenha, da casa de Savóia, uniu a Itália, transformando estes condados e reinados naquilo que entendemos hoje como sendo a Itália. Eram os sardos, portanto, tão italianos, como os renanos, bávaros e prussianos eram alemães.

Partamos, porém, em busca de dados mais precisos sobre a ilha de Sardenha (Sardegna), situada ao Sul de Córsega, com uma área de 24.089 km.2.

Em virtude de sua riqueza mineral, os fenícios, no fim da idade do bronze e o início da idade do ferro, ali se estabeleceram, formando colônias. No século VII a.C. os cartageneses, ligados aos etruscos, pres-

sionaram os fenícios, impondo-se na ilha, diminuindo, desta forma, gradativamente o seu caráter feócio. (535 a. C.).

Posteriormente, em virtude das guerras púnicas, os cartageneses, vencidos na África por Cipião, o Africano, abandonam a ilha (séc. III a. C.) sendo a mesma incorporada ao domínio de Roma, sob cuja tutela permanece, apesar das revoltas contra a dominação romana (181 a. C.). Dada a sua situação estratégica, a Sardenha, quase abandonada, se transforma num refúgio de malfeitores e piratas até que o general bizantino, Belisário, no ano de 534 d. C., após saneá-la, a transforma num feudo da igreja católica, de Roma. Assim viveu durante quase dois séculos, até que os mouros, reconhecendo a sua posição privilegiada, a hostilizam, provocando, desta forma, a união de todos os ilhéus, sob a égide de Gênova e Pisa, que repartem entre si a posse da ilha. Dalí em diante a luta continua entre pisanos e genoveses e aragoneses até que, em 1420, Afonso V a transforma num vice-reinado, implantando um sólido regime feudal. Foi finalmente anexada ao reino da Itália no ano de 1861, exatamente sob Cavour, o forjador da unidade da Itália, como hoje ainda a temos.

Creio que 2100 anos bastam para transformá-la numa ilha italiana. Os sardos, chegados à Santa Catarina no ano de 1836, nada mais foram que italianos e justifica-se, assim, a minha dúvida quanto a data prefixada para os festejos do centenário da imigração italiana.

Nenhum motivo tenho pessoalmente para turbar os festejos tão significativos. Todavia, como estudioso das coisas relacionadas com a imigração, principalmente alemã, costumo ater-me aos fatos historicamente comprovados, o que, no presente caso, não há de denegrir os grandes méritos que possui este grupo étnico — o italiano — e que são por todos reconhecidos e muito bem lembrados.

Aqui no Vale do Itajaí a colonização iniciou-se efetivamente no ano de 1875, sob a tutela do Governo Imperial, à frente o Dr. Hermann Blumenau, com a criação dos núcleos de Ascurra e Rodeio.

No alto Vale do Itajaí iniciou-se, oficialmente, no ano de 1878, com a fixação de 55 famílias lombardas, portanto, italianas, na região de Lontras e Riachuelo. Esta tentativa resultou em total fracasso, apesar da tutela por parte do Governo provincial, motivada, não por último, pelos mesmos fatores verificados no núcleo de NOVA ITÁLIA, no ano de 1845, isto é, a pressão do índio, a par de outros fatores, principalmente pela grande incidência da febre — malária.

Não caberia neste opúsculo a síntese de tudo o que o Brasil deve à imigração italiana. Como ponto alto da colonização italiana desejo destacar a importante cidade de Caxias do Sul, verdadeiro monumento erigido em honra deste grupo étnico que, ao lado de outros, tem demonstrado um devotamento indormido em busca da grandeza do Brasil, haja visto a cidade de São Paulo, onde este grupo étnico tem-se revelado de uma fibra invulgar, tanto no setor econômico, como no social-cultural. Nomes como Matarazzo, Pignatari e Martinelli e, ao lado destes, muitos outros, resplandecem como estrelas candentes no céu econômico de São Paulo, contribuindo, com a sua dedicação, o seu trabalho, para transformá-la em

verdadeira megalópolis brasileira, cidade que mais cresce no mundo. No campo militar temos um Giuseppe Garibaldi. No campo político acabamos de presenciar a ascensão à Presidência da República o nome, sobretudo honrado e digno, do general Emilio Garastazu Médici. É um nome que, desde a idade média, tem ressonância universal. Cidades como Veneza, Roma, Milão e Florença, esta última berço dos Medicis, com Lourenço I, o magnífico, como expoente máximo da cultura, são marcos indelévels, de infável esplendor, na marcha da civilização da humanidade. Ao lado da antiga Grécia, seguida pela França, forma a Itália o tripé do reflorescimento da era clássica, na qual se inspirou um Virgílio, um Dante, um Goethe e outros tantos gênios que enobrecem o mundo hodierno, sem esquecer um Miguel Ângelo, no mundo das artes, um Ignácio de Loyola, no mundo espiritual e um Leonardo da Vinci, no mundo da ciência. Na parte literária fulge o nome inconfundível de Maquiavel. Todos estes nomes, no seu conjunto, nos fornecem um exemplo edificante do que é capaz o homem. O próprio direito, como ciência, tem as suas raízes em Roma.

De tudo isto o imigrante italiano trouxe uma boa parcela em suas modestas malas, contribuindo, desta forma, decisivamente, para o progresso de sua nova pátria — o Brasil.

É o bastante para que hoje enalteçamos a sua presença em terras brasileiras, onde age em todos os setores, e prestemos a nossa homenagem sincera aos que, fortalecidos por uma fé inabalável, atravessaram o vasto e proceloso Atlântico, para aqui, ao lado dos brasileiros e dos representantes de outras etnias, oferecer a sua colaboração na construção de um Brasil novo, cuja grandeza já se vislumbra nos horizontes longínquos da pátria que tanto estremecemos.

Aqui, com estas modestas palavras, procuramos fazer jus aos seus inestimáveis e não menos significativos méritos; e os saudamos pelo muito que fizeram, pelo muito que trouxeram, pelo muito que sofreram.



BLUMENAU EM CADERNOS

Fundação de J. Ferreira da Silva

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina

Propriedade da FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU

IMPRESSO EM OFICINAS PRÓPRIAS

Direção: F. C. Allende

Assinatura por Tomo (12 números) Cr\$ 20,00

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425

89.100 BLUMENAU — Santa Catarina — BRASIL

Cangaceiros e Fanáticos

C. GAERTNER

Rui Facó, na sua interessante obra «Cangaceiros e Fanáticos», atribui os movimentos de Canudos, Caldeirão e outros do nordeste, à rebelião do campesinato contra o latifúndio. Frisa, entretanto, que tais movimentos, apesar de primários, desorganizados, anárquicos, sem objetivo social aparente, eram, contudo, senão a luta pela terra, pela menos a luta em função da terra.—(Op. cit.: 45, 173 e 192).

«Havia, simultaneamente, um surto de misticismo religioso entre aqueles miseráveis ignorantes? Não há dúvida. Mas isto não invalida a afirmação contida nos próprios fatos: eles travavam uma luta de classes. Inconsciente, não importa, mas uma luta de classes.» (Idem: 120).

Há, porém, uma contradição observada pelo próprio autor, pois esses rebeldes eram os mesmos capangas, cabras ou jagunços que, pelas armas, defendiam o latifúndio contra o expansionismo dos lindeiros, contra a invasão dos intrusos, proporcionando ao coronel a força bélica necessária à sua afirmação de incontestado chefe político do sertão. E nem se pode afirmar que assim procediam pela extrema necessidade diante de uma situação sem alternativas, porque poderiam ter sido cangaceiros ou criminosos autônomos, em vez de assalariados.

No planalto catarinense o coronel era também um latifundiário, mantendo um grupo de peões, eventuais capangas, sob o comando de um capataz, além dos agregados estabelecidos nas abas da propriedade. Sua fazenda era um asilo inviolável onde se acoitavam os criminosos perseguidos. Estes eram os executores das suas sentenças, eliminando os adversários políticos, os capangas chantagistas e quaisquer outros inimigos, e não o faziam como se estivessem praticando crimes, mas executando atos da mais cendrada justiça. Naturalmente, nem todos os coronéis latifundiários procediam dessa maneira,

Vivendo nas estâncias campesinas, onde de avós para netos estratificara-se o hábito da subordinação e obediência, onde todos os seus problemas eram solucionados pelo coronel, quase sempre compadre ou padrinho, quando dele se apartavam, afundando no sertão em busca de um lugar para viver por conta própria, sentiam falta daquela soberana e aliciente autoridade do senhor da terra. Falhos de iniciativas, defrontavam-se com problemas sobre os quais jamais haviam pensado. Na fazenda, se adoeciam do peito, lá estava o ervateiro a preparar-lhe o suadouro da flor do sabugueiro e o chá do cravo-do-campo; se a justiça os perseguia, havia a proteção paternalista do coronel a quem transferiam a responsabilidade das soluções, e, ou homiziavam-se no paiol de uma distante terra de planta, ou apresentavam-se para serem absolvidos no primeiro júri. Eram respeitados e tinham crédito, porque eram «homens do coronel».

Desligados da fazenda, sua incapacidade de iniciativas mantinha-os na inatividade do chimarrão ao pé do fogo. Conhecemos alguns a quem os Inspetores de Quarteirão, autocráticas autoridades policiais executoras de um código penal primitivo, obrigavam a fazer o seu alqueire de roça para alimentarem os filhos, sob pena de serem conduzidos «nas cordas» para a distante cadeia da vila, onde teriam como castigo arrancar guaxuma nas ruas.

Não se condene o coronelato. Foi uma fase natural e necessária a seu tempo, numa população interiorana rarefeita, completamente ignorada e abandonada, sem terras próprias, sem escolas e instrução, sem justiça, sem higiene e saúde, sem métodos produtivos de trabalho, de raro em raro assistidas religiosamente, sem a menor compreensão da vida e do mundo, e sem qualquer outro amparo visível que não o encontrado sob a égide do coronel latifundiário, homem de compreensão mais ampla. — Na falta deste, no nordeste filiavam-se ao cangaço ou rodeavam um beato, e no sul apegavam-se aos monges leigos itinerantes em busca de remédios e de orientações.

X X X

Sobre o Contestado, do qual não tratou, diz Facó:—«Assim, se é passível de discussão que os rebeldes de Canudos lutavam pela posse da terra, o problema da terra no Contestado apareceu nitidamente.» (Idem: 49). E, como apoio, transcreve o bilhete encontrado na Estação São João em setembro de 1914, e o trecho de uma carta encontrada no bolso de um sedicioso morto a 4 de janeiro de 1915, citados por Herculano Teixeira de Assumpção na sua obra «Campanha do Contestado». Enfatiza a frase «Nóis não tem direito de terra tudo é para as gentes da Oropa», deixando na penumbra a mais pungente, dolorosa e patética «Nóis estava no Taquearussu tratando da nossa devoção e não matava nem robava e o Hermes mandou sua força covardemente nos bombardear onde mataram mulheres e crianças...»

O nobre e inditoso capitão Matos Costa partilhava também da mesma opinião. José Gaspar dos Santos Lima (José dos Santos ou Nhozinho) foi seu companheiro quando entrou no reduto do Bom Sossego disfarçado em vendedor ambulante. Era um tipo dúplice, meio jagunço e meio vaqueano, estabelecido com venda na Campina do Pinto, e tinha uma questão de terras com Salvador Pinheiro, o temido chefe vaqueano cognominado Dente-de-Ouro que mais tarde seria morto em Valões pelo libanês Domit. Diz Vinhas de Queiroz:—«Seguramente (José dos Santos) foi um dos sertanejos que convenceram a Matos Costa de que a luta pela terra inspirava o movimento.» (Messianismo: 182).

Boaventura e Bertoldo, emissários de Matos Costa ao reduto Bom Sossego, levaram a Elias Moraes a proposta de doação de terras. Por sua vez o general Setembrino de Carvalho, com o seu indiscutível poder e autoridade, propôs também a doação de terras aos rebeldes, como se vê da proclamação:—«Apelo. Fazendo um apelo aos habitantes da zona conflagrada, que se acham em companhia dos fanáticos, eu os convido a que se retirem, mesmo armados, para os pontos onde houver forças, a cujos comandos devem apresentar-se. Ai lhes serão garantidos os meios de subsistência, até que o Governo do Estado do Paraná lhes dê terras, das

quais se passarão títulos de propriedade. A contar, porém, desta data em diante, os que não o fizerem espontaneamente e forem encontrados nos limites da ação da tropa, serão considerados inimigos e tratados com todos os rigores das leis da guerra. Quartel General de Operações, 26 de setembro de 1914. General Setembrino de Carvalho.» (Apud Messianismo: 221)

Correia Defreitas também levou a Taquaruçu e Caraguatá, em fevereiro do mesmo ano, uma proposta de doação de terras.

Assim, se a luta pela terra fosse o propósito da agitação, as diversas propostas de doações territoriais feitas pelo Governo teriam solucionado o conflito, e os sertanejos alcançado vitoriosamente o seu objetivo. Mas Elias Moraes, Assunção Rocha, Venuto Baiano, irmãos Sampaio, Aleixo Gonçalves, Bonifácio Papudo, Chico Ventura, Guilherme Ventura, Nenê Alves, Claudino Rocha, Tomas Rocha, Generoso Ribeiro, Elias de Souza, e muitos outros eram pequenos fazendeiros. Eusébio Ferreira e Praxades além de fazendeiros eram negociantes. Paulino Pereira tinha uma pequena mas lucrativa indústria. E os demais, quando não proprietários, eram, na sua maioria, ocupantes de posses de terra, mansas, pacíficas e incontestadas, no vasto sertão inexplorado.

x x x

Cada um que escreve sobre assuntos cujas fontes originais são controvertidas ou apagadas, matiza os episódios descritos consoante o colorido das suas convicções e conclusões apriorísticas. Não nos excluimos. Reconhecemos que as motivações humanas são complexas, multifárias, psicologicamente obscuras e descritivamente escorregadias.

Mas, no movimento do Contestado, a história procurou velar o lado místico-religioso para enfatizar o econômico, nos termos de uma louvável revolta contra as injustiças sociais ou das convicções filosóficas do historiador. Olhou-se mais para a natureza econômica do homem, quer sob o ponto de vista do liberalismo individual, ou do marxismo coletivista, dando-se menos peso ao profundo filão da sua religiosidade. Por que a faceta religiosa há de atuar menos do que a faceta econômica, quando a primeira impõe, exige e obtem a mais absoluta resignação e aceitação da miséria como partindo da vontade onipotente de Deus? Marx, na sua interpretação econômica da história sentia a necessidade de combater todas as formas de religiosidade como «ópio do povo», para conseguir a aceitação da sua teoria.

Ainda hoje, em muitas partes, manifesta-se o mesmo conformismo fatalista. A VI Semana Pastoral do Rio Grande do Sul, cujo tema foi a religiosidade popular, comprovou, conforme declarações do jesuíta Breno Brol, que ainda há muito fatalismo entre os cristãos interioranos. «Eles aceitam a miséria e a doença com frases como: Deus assim o quis... É o destino.» («O Estado de São Paulo» de 19/9/1974)

D. Manoel Castro Ruiz, arcebispo de Iucatan, México, disse no último Sínodo:—«...; o catolicismo mexicano assume uma atitude de grande dependência da Providência de Deus, umas vezes com sentido filial e personalizante, e outras com sentido fatalista e passivo;...» («L'Osservatore Romano» ed. port. de 13/10/1974)

Desde o início, o movimento do Contestado teve o nome de «fanatismo» e os seus prosélitos tiveram o nome de «fanáticos». Só mais tarde, olhado à luz das novas teorias sociais, após a humanidade ter sido convulsionada por duas grandes guerras, é que se procurou amoldar o acontecimento como luta classista, luta do não possuinte contra o possuidor latifundiário, colorida de intenso nativismo, e nesse sentido houve a colaboração de um conjunto de desinformações. Entre elas a convicção de que toda a região ficara povoada com milhares de criminosos, ex-trabalhadores da construção da ferrovia a quem a Companhia, deslealmente, não fornecera transporte para o regresso às suas origens. Sobre não ser correto, induz à convicção de que todos os trabalhadores eram facínoras, o que não acontecia. Recordamos a lúcida expressão de um velho sertanejo a quem se desmereciam as qualidades de um outro. «Não—dizia o velho—o homem trabalha! E um homem que trabalha já não é tão ruim!»

Houve também a convicção de que os sertanejos foram esburalhados e expulsos das suas posses pela Companhia construtora a quem o Governo Federal fizera uma concessão de terras. Mas a seqüela do monge ocorreu em terras muito distantes das concedidas à ferrovia. Uma duplicidade de topónimas, como Perdizes e Estação Perdizes, rio Caçador e Estação Rio Caçador, também contribuiu para algumas confusões.

Mas o fato é que, a simples reunião de pessoas de hábitos indolentes cheias de credices religiosas—acostumadas com festividades de igreja que duravam dias nos arraiais, com novenas, procissões, bandeiras do Divino, fogueiras, mastros de São João, pau-de-sebo, sanfona, rabeça e desafios a viola, o truco e o cacholeiro, fogos e foguetes—devido à repressão excessiva e sangrenta das forças militares, coadjuvadas pelos famigerados vaqueanos, transformou-se numa luta de «vendetta», onde o sangue pedia mais sangue com todo o furor da bestialidade humana.



Homenagem a Blumenau e ao Seu Fundador

Rodolfo Eugenio Hildebrand

As promoções procuram dizer o que de bom existe em qualquer região a ser promovida. Centro de informações funcionam com o intuito de incentivar o turismo.

Apesar dos órgãos especializados, acreditamos ser a promoção espontânea, partindo de pessoas ilustres e em ocasiões oportunas, a maneira mais autêntica e eficiente de convencer a outrem sobre as nossas belezas e qualidades.

O exemplo de um ilustre anônimo que promove Blumenau aqui e no exterior está na pessoa de Dom Floriano Loewenau, Bispo de Santarém no Pará de 1950 a 1958 e Bispo de Óbidos de 1958 a 1972 e, desde então, Capelão do Hospital de Caridade em Florianópolis.

De tanto mencionar a nossa terra, quando de sua passagem por cidades da Alemanha—nos sermões e em palestra com amigos—Dom Floriano foi convidado a participar de uma homenagem a Blumenau, tendo palestrado sobre a terra e seu fundador. Seguiu para Obernhausen em outubro de 1974, participando da homenagem programada.

Concluimos afirmando ser esta, realmente, a mais autêntica forma de promoção para uma cidade. Devemos nossos agradecimentos a Dom Floriano Loewenau por externar de forma tão ampla o que sente por nossa terra.

Geoeecologia Atmosférica

A. SEIXAS NETTO

(Continuação do número anterior)

FAIXA TROPICAL: Com largura compreendida entre os 12º graus de latitude aos 23º 30', ao norte e ao Sul, delimitadas, pois, no extremo inferior pelos Trópicos de Caranguejo e Capricórnio, respectivamente (9). Nestas áreas a fotossíntese é atenuada, de modo geral, e sofrem períodos de fraca insolação, tanto esteja o Sol incidindo num e noutro Tropicó,-(Soletícios)-, tornando-se, então, a zona das Florestas não intensas.

FAIXA SUB-TROPICAL: É aquela contida entre os Paralelos dos 23º 30' e 40º, ao Norte e ao Sul do Equador. A faixa sub-tropical pode conter ilhas florestais sem grandes composições, devido a decadência da fotossíntese, uma vez que os raios solares não as podem atingir com intensidade plena e sofrem grandes variações durante o curso orbital da Terra que é demarcado por Estações. Nas Faixas Sub-Tropicais estão, deste modo, como não poderia deixar de ser, os grandes desertos como os de Atacama, na América do Sul; o Australiano, na Austrália; o de Cobi, na China; o Arábico e o Saara, na Ásia e África; o Mojavee e outros menores ao Sul da América do Norte. Tudo ocorre como se a própria Natureza na Terra quizesse murar e defender o Pulmão do Planeta situado nas Faixas Equatorial e Tropicais.

FAIXA SUB-POLAR: Compreendida entre os 40º e 65º ao Norte e ao Sul do Equador, compreende setor de insolação e ação fotossíntese reduzida, pois que recebe as ondas de irradiação solar tangencialmente, e, assim mesmo, durante só 1/3 do ano. Não há florestas, segundo o índice tropical, mas arborização típica. É, em realidade, a zona de espraiamento dos derrames de gelo polar.

FAIXA POLAR: Desde os 65º de latitude Norte e Sul até os Pólos. Estão as duas faixas polares condicionadas à leve insolação tangencial das ocorrências solsticiais. São os *campos* de sub-atmosfera de gelo, isto é, há um separador de água e ar congelados entre a superfície terrena e a Atmosfera ativa. Não havendo arborização, as Vidas Típicas, para manter o processo metabólico, são marinho-atmosféricas; ou seja, compensam o ciclo 002-Oxigênio entre o Mar e o Ar. E' o mesmo processo químico do animal e a floresta em outro *campo*: O animal e o mar.

Esta a modulação ecológica natural da Terra.

A Atmosfera, como um envoltório sólido, gira ao redor da Terra, em rotação retrógrada, de Leste para Oeste, lentamente, produzindo uma fricção no solo. E' que o Planeta gira a 465,8 metros por segundo, no Equador, enquanto que a Atmosfera, por ser gaseosa, sofre

um atraso. Donde: Um ponto dado na Atmosfera, que não seja perturbado pelas marés aéreas, se desloca vagarosamente para Oeste.

Capítulo Quinto: O MECANISMO DA ATMOSFERA

Quando falamos ATMOSFERA, estamos referindo única e exclusivamente à PNEUMOSFERA, ou Atmosfera útil à Vida. De modo geral, Atmosfera é um mar gazeoso e tem, em tudo, o comportamento do mar hidrico. As marés atmosféricas são, basicamente, originadas nas faixas polares e o curso de suas *ondas* seguem em amplitude decrescente até a Faixa Equatorial. A altura dessas *ondas* atmosféricas, ou, melhor dito, peso da maré aérea, pode ser medida a instrumento: O Barometro. Igualmente, e mais preciso, pode ser medida de outras maneiras. (A rama de Ciência relativa é a Barometria, que pode ser desdobrada em Barometria Simples e Barometria Fina, cada qual com seu método.) Deste modo, para estudos de previsão geometeorológica, criamos o sistema de Estabelecimento do Ponto ou Baro-ponto, que é o máximo peso da onda aérea num lugar determinado. O uso em nossos trabalhos é o Estabelecimento Médio do Baro-ponto. E isto é de suma importância. (Em linguagem dos navegadores navais seria um como que Estabelecimento do porto para as marés.). Em registro de Física Atmosférica é a Pressão Atmosférica. Devido ao comportamento astronômico da Terra em relação ao Sol, a Baixa Atmosfera tende, naturalmente, a se acumular nos Polos, onde se resfria. Este acúmulo, devido a rotação planetária, e o peso do ar acumulado, tende a achatar contra o solo polar a massa aérea; tal achatamento, produz uma rotação e uma distribuição de ar acumulado numa poli-espiral de cinco braços no Pólo Sul e oito braços no Pólo Norte. No caso do Hemisfério Sul, a que nos vamos ater, esses cinco braços formam como que cinco grandes rios de ar frio, por onde se derramam quantidades variáveis de ar frio, seco e pesado pelo acúmulo e quase inércia molecular, -(baixo mecanismo cinético)-, formando o que se denomina Massa Polar ou Massa Fria em movimento. Sobre o Continente Sul-Americano há dois destes rios: O Rio Continental de Leste e o Rio Continental de Oeste, separados, como por uma imensa muralha, pela Cordilheira dos Andes. Estes rios escorrem, com quase uniformidade, do Pólo para o Equador e começam a ter ondulações e marés intensas a partir dos 65º de latitude, devido a radiação da superfície terráquea, absolvida do Sol. Em linhas gerais, ocorre isto: O calor esquenta o Ar e ele se eleva, abrindo uma espécie de fosso na Baixa Atmosfera; este fosso, portanto, oferece uma Baixa Pressão Atmosférica, e o Ar frio cai dentro dele com velocidade, -(é quando se formam os temporais); preenchido o fosso de Baixa Pressão, o Ar frio continua seu curso, indo cair noutro fosso, até que isto, amortecendo a velocidade e o processo cinético entropizando o Ar frio, - ou seja, equalizando a temperatura com a temperatura geral da Atmosfera-, liquida a onda de ar frio nas proximidades do Equador, (Ver mais adiante o quadro de comparação de velocidade das moléculas a diferentes temperaturas). Em troca, o ar que se eleva pelo calor, cai na direção dos Pólos, resfria e prepara nova emissão. É, pois, um ciclo. É de notar-se que a cada seis meses e meio ocorre uma troca de Ar entre os Hemisférios Norte e Sul da Terra pelo mesmo processo amplificado. A regra é esta, cremos e te-

mos comprovado: quando há intensa emissão de Ar frio no Hemisfério Norte, o Ar quente à frente sobrepassa o Equador e vem ao Hemisfério Sul; o mesmo ocorre noutros seis meses e meio em relação ao Hemisfério Sul que tem sua frente de Ar quente lançada para o Hemisfério Norte. E nisto está toda a estrutura da Geometeorologia Geral. Na Alta Atmosfera ocorrem os rios transversais de Ar, de alta velocidade, devido ao processo ocorrido na Baixa Atmosfera: São os *jet-stream* ou rios de vento.

QUADRO CINÉTICO DOS PRINCIPAIS GAZES DA ATMOSFERA

Elemento	Vel. 15º m/seg	Vel. 0º m/seg
Nitrogênio	507	493
Oxigênio	474	461
Argônio	424	413
A. Carbonico	404	394
Vapor d'água	282	275

Nota: Estes valores são tomados para Atmosfera *standard* à Pressão de Hg 760 milímetros, 1013,3 milibares.

Deste modo, quanto maior a Temperatura menor é a Pressão Atmosférica e, por conseguinte, maior a velocidade de fuga das moléculas de Ar.

Todavia, cabe aqui um alerta; há uma saturação, já apreciável, na Atmosfera,-secção PNEUMOSFERA-, do perigoso gás CLOROFILUCROMETANO-, pesado, altamente poluidor, que provoca a sufocação da flora pelo entupimento do sistema respiratório e que não é natural componente do Ar, embora seja sua participação, anteriormente, de origem vulcânica, - o Cloro reagindo com Ozona, neste caso, desprezível. Atualmente, seu índice aumenta por meios artificiais de várias atividades técnicas humanas. Os gases de Chumbo, -(do tetraetilo de chumbo)-, das gasolinas e outros combustíveis têm já participação apreciável nas alterações gazeosas da PNEUMOSFERA, em determinadas ocasiões.

Capítulo Sexto: VENTOS, CICLONES, CHUVAS

Todos os geometeoros ocorrentes na PNEUMOSFERA não produzidos pelo processo das Marés Atmosféricas. (Em nossos trabalhos de previsão geometeorologica, podemos calcular os fenômenos com larga antecedência, o que é relativamente fácil após mais de duas décadas de estudos e análises, donde surgiram regras fundamentais para isto). Uma onda de maré-aérea tem, termo medio, 1550 quilômetros de extensão e pode alcançar 960 quilômetros de profundidade no paralelo de 45º. Sua velocidade de curso não é constante porque depende de número, extensão e densidade dos fossos de Baixa Pressão à sua frente, o que faz reduzir essa velocidade. Mas no Mar Aéreo há zonas de Baixa Pressão permanente, como é exemplo a zona da Baixa Continental, na Argentina, que, se dum lado reduz as velocidades das marés frias aéreas a Leste dos Andes, doutro lado rege os ventos constantes e de velocidade no Sul Continental desde o Cabo de Horn até a Patagonia.).

OS VENTOS: Estes geometeoros,- que são de notável importância na Ecologia terráquea,- são pesadas massas de Ar caindo violentamente nas fossas de Baixa Pressão,-(Ventos de alta velocidade)-, ou correndo na direção das mesmas,-Ventos de baixa velocidade; o vetor direcional do Vento,-encurvado, entretanto, pela torção de Coriolis-, indica, pelo seu ponto gerador, a posição do centro de Alta Pressão, ou máximo da onda atmosférica; e pela sua frecha, a direção do fosso depressional (10). A importância ecológica do Vento está na limpeza que faz na PNEUMOSFERA, destruindo, por fricção molecular e por choque direto, as moléculas e partículas sólidas injetadas no meio atmosférico pelo processo de evaporação dos Oceanos,-(sais marinhos)-, pelos vulcanismos,-(poeiras vulcânicas de elementos diversos), pela sua própria passagem,-(poeira terrena)-, pela ação combustível,-(gazes, fumaças, micro partículas). São estes corpos poluidores do Ar que, dentro do curso dos ventos, têm o poder de abrasão e de erosão, de rochas aquele e de terras este, pelo impulso com que são lançados contra os obstáculos; mas estes choques também destróem essas partículas, limpando a Atmosfera. Se não fossem estes obstáculos que se oferecem à abrasão e à erosão os Ventos seriam compactos de poeiras e partículas, como igualmente a Baixa Atmosfera. As florestas têm a função de coletora de partículas, pois os Ventos, encontrando-as, deixa dentro delas, como num filtro poroso, suas partículas em suspensão, que caem ao solo, partilhando na formação de *humus* e no alevantamento da camada sólida. Outra importante função do Vento é a de semeador ecológico das Florestas, carregando dum canto a outro pólenes e sementes; outra função ecológica é a de veículo migratório de animalculos, pois há pequenas aranhas, formigas, insetos vários que se locomovem, dum ponto a outro, aproveitando o Vento.

Entretanto, os Ventos, se têm dum lado a enorme característica de construtor ecológico, doutro possui atividade destruidora. Mas esta atividade não chega a ordem de *um bilionésimo* daquela, ou a face da Terra seria permanente destruição. A velocidade do Vento depende da densidade da pressão atmosférica, como se disse; a depressão atmosférica é produzida pelo calor irradiado da Terra, o que dá velocidade de fuga maior às moléculas dos gases componentes da Atmosfera; logo, Vento está associado ao Calor, que depressiona o Ar; são, portanto, dois geometeoros co-genéticos. Quanto mais profunda for a depressão atmosférica,-(Calor irradiado dum ponto)-, mais potente será a queda do Ar Frio e mais violenta a sua velocidade. Um vento de 180 quilômetros horários dificilmente terá ação superior a 20 minutos, seu máximo de tempo, na latitude de 28°, que é o tempo bastante para encher um fosso depressional de 99° milibares por 700 quilômetros de lado. Se a Terra fosse entrópica e sem rotação, ou seja de calor uniforme e sem o movimento que produz o dia e a noite, a Atmosfera seria parada e calma, com um inconveniente: Seria pesada e irrespirável. Seria *aecolgiôca*, portanto. As Táboas de Ação do Vento, dão facilmente as velocidades e ação catastrophica produzida. (11)

OS CICLONES: São girações rápidas do Vento em torno de uma área depressionada rapidamente, (quando há uma área super-pressionada,-Alta Pressão rápida), o fenômeno ocorre contrário e chama-se Anti-

Ciclone), Os movimentos do Anti-ciclone são lentos, em torno duma zona calma, com corrente de ar frio descendente, seco, donde os anti-ciclones produzirem dias abafados, porque o ar seco não pode formar nuvens; a insolação, por consequência, no ponto máximo diurno, é absoluta, e não há movimento atmosférico na área ou seja Vento com velocidade; no máximo, uma tenue brisa, decorrente do comportamento oscilatório do Ar.

Os Ciclones são movimentos rápidos do Vento, com ar saturado de umidade, em torno duma depressão. Os Ciclones ocorrem entre os paralelos de 10° a 20° ao Norte e ao Sul do Equador, e podem descer até os 3Pº. (Entre os 6° Norte e Sul do Equador não ocorrem Ciclones, nem, tampouco, acima dos 30°, na direção dos Pólos. A zona central do Ciclone é calma e depressionada; à frente do Ciclone há sempre alta pressão, provocada pelo curso do mesmo; segue o Ciclone um campo depressionado constantemente e constantemente refeito por queda de ar, o que produz ventos velozes, que empurram o Ciclone, donde a sua característica catastrófica. Um Ciclone não pode passar dum Hemisfério a outro por sobre o Equador e sua geratriz é sempre sobre o mar, onde influem as variações térmicas das águas. Os Ciclones obedecem absolutamente estas características: Têm dois movimentos: Um em torno de seu eixo perpendicular e outro de translação do meteoro; a velocidade de rotação cresce da periferia para o centro do fenômeno; seu curso é parabólico; o diâmetro do Ciclone cresce à medida que evolue seu curso, diminuindo com isto a velocidade de rotação até desfazer-se por completo; a pressão atmosférica diminue da periferia para o centro porque a força centrífuga da rotação rarefaz o ar, daí comportar-se como um sugador por onde passa; na metade interior do Ciclone ficam somadas as velocidades de rotação e translação. (Metade interior é a parte do Ciclone que fica dentro da parábola). Embora alcance a terra firme, onde causa destruição, a vida do Ciclone está no mar; sobre a terra ele se desfaz, todavia, tragicamente, não sem antes produzir catástrofes nas orlas litorâneas. A função ecológica e benéfica dos Ciclones é importante: Umedecer a Atmosfera na *cinta* equatorial onde é altamente seca e isenta de vapor d'água necessária à saturação média. Donde, em análise final, a Vida na faixa equatorial depende também dos Ciclones.

CHUVAS: São os mais complexos geometeoros, desde a sua formação até a sua ocorrência definitiva e, por consequência, início da sua extinção.

NOTAS — Os leitores deverão remeter as indicações nos Capítulos de 1 a 4 pela seguinte ordem:

- (1) — *Geometeoros: São todos os meteoros particulares à Terra, ocorrentes no meio Atmosférico.*
- (2) — *Ver nosso Livro inédito: O REGIMENTO DA ATMOSFÉRA.*
- (3) — *Ver: GÊNESE ESTELAR E CONCEITO DE UNIVERSO, do Autor.*
- (4) — *PNEUMOSFÉRA quer dizer: Esféra de Ar, para designar a secção da Atmosféra da Terra útil à Vida. O vocábulo-neologismo foi criado pelo Autor em 1962.*
- (5) — *In: GÊNESE ESTELAR E CONCEITO DE UNIVERSO.*
- (6) — *Idem.*

- (7) — *Esta regra consta, com exposição mais alongada, no livro a publicar: REGIMENTO DA ATMOSFERA,*
- (8) — *A teoria dos deslocamentos continentais foi proposta, em 1912, por Alfredo Wegener, numa assembléa de geólogos, em Francfort, Alemanha.*
- (9) — *Os Trópicos são delimitados pelos pontos solsticiais que, atualmente, não ocorrem mais em Carangueijo e Capriócrnios. Sobre o assunto ver nosso livro em preparo — AS CONSTELAÇÕES.*
- (10) — *Ver nosso estudo: MARÉS ATMOSFÉRICAS.*
- (11) — *As Táboas de Ação do Vento foram elaboradas pelo Almirante Beaufort para uso da Navegação a Vela. Posteriormente, foram as mesmas Taboas, por vários autores adaptadas para uso meteorológico.*

(Continua no próximo número)

Achegas à Administração do Diretor das Colônias Itajahy e Príncipe D. Pedro — MAJOR JOÃO DETSI —

Guilherme Strecker
da SAB

1. Introdução

O presente artigo visa elucidar dúvidas sobre os «abusos cometidos» pelo Major João Detsi, quando Diretor da Colônia Itajaí (1).

Entretanto, hoje a SOCIEDADE AMIGOS DE BRUSQUE (SAB), possui o libelo do processo judicial movido contra aquele Diretor de Colônia (2).

Pudemos assim, «reconstruir» os fatos. O Major João Detsi (1824-1881), nascido na Grécia, uma vez naturalizado, teve atuação destacada na vida militar, ocupando também cargos públicos (3); assim, administrou a então Colônia no período de julho de 1870 até 19 de novembro de 1871. Ele foi afastado do cargo, acusado de distrair dinheiro público.

1. 1. — O Processo

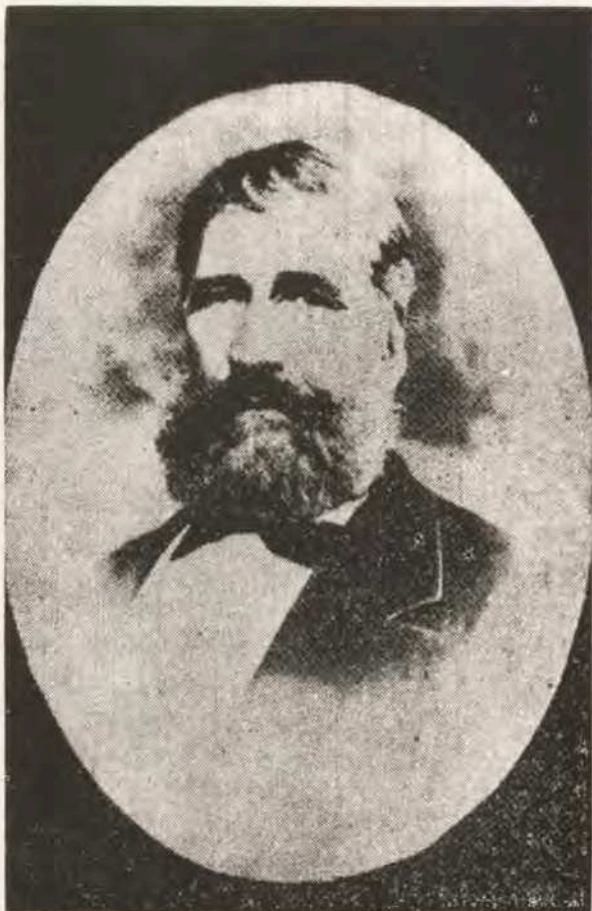
Para iniciar as investigações, foi designado o 2º Escrivão,— Cândido Melchiades de Souza—da Tesouraria de Fazenda da Província de Santa Catarina—Segundo o Relatório (4) do referido funcionário, chegou a Brusque em 25 de setembro de 1871; anunciado o dia seguinte para o pagamento do pessoal das Colônias. Em seguida arrolou as profissões das seguintes pessoas:

- Nicoláo Kniss — menor, criado do escritório do Diretor e empregado no trato dos animais;
- Guilherme Felipe Krieger—negociante;
- Carlos Galle e Carlos Schwarzer—marceneiros;
- Felipe Krause—canoeiro;
- Guilherme Tilling, Leopoldo Lehmann—negociantes;
- Henrique Kuhne—funileiro: também condutor da mala da Colônia;
- Luiz Spengler, Luiz Thiemer e Jacob Willrich—carpinteiros;
- Guilherme Jungblut—sacristão.

O 2º Escriurário estranhou que as pessoas citadas trabalhassem em estradas. Oficiando ao Inspetor de Estradas—Paulo Schwarzer, ao Guarda-Livros Max von Borowski e alguns dos supostos trabalhadores, o referido funcionário da Tesouraria soube que nunca fizeram semelhante serviço.

Em ofício datado de 27 de setembro de 1871 dirigido ao Sr. Cândido, o Diretor Detsi reconsiderou o ato da inclusão dos acima citados na folha de pagamento, bem como explicando tê-los incluído em despesas extraordinárias das Colônias; o Major estava esperando que qualquer dúvida lhe fosse argüida pessoalmente.

É verdade que os carpinteiros trabalhavam na casa de Oração Protestante (o Diretor possuía a verba correspondente). A intenção, por parte do Major, era o pagamento em duplicata pelos serviços. Leopoldo Lehmann e Guilherme Tilling haviam construído para o Governo 2 pontes: o primeiro fez uma por 10\$000 e o segundo outra por 20\$000. Este último na folha de trabalhadores da Colônia deveria perceber 36\$000 — excesso de 16\$000. Jacob Willrich e Carlos Schwarzer reconstruíram um rancho na Casa da Diretoria. O negociante Guilherme F. Krieger devia receber 100\$000 proveniente de vinho quinado e gêneros.



Major João Detsi

Aos poucos as verdades foram aparecendo, não restando dúvidas quanto à ilegalidade das contas de João Detsi.

Montante das Contas a pagar e não efetuadas, por serem falsas: 679\$000.

Outra declaração no Relatório: as Colônias não mais possuíam animais; os mesmos foram vendidos em hasta pública pela Câmara Municipal de Itajai.

1. 2. - Obras na Colônia (5)

«Nenhuma das obras em construção nestas colônias tem sido feitas por arrematação em hasta pública, como claramente determina o art. 2º das Instruções, resultando disso oneração aos cofres públicos, e por isso

julgo muito conveniente que d'ora em diante se ponha em pratica as citadas Instrucções.

Está actualmente em obras a estrada que comunica a sede da Colo-Itajahy com a da Colonia Principe D. Pedro, achando-se já contractadas 9 pontes, pontilhões e boeiros pela quantia de 260\$000.

A Casa de Oração Protestante (era prohibido pelo Governo Imperial o uso da palavra Igreja pelos «não-católicos») com os auxilios que tem sido enviados pelo Governo acha-se em bom andamento, devido ao incansavel zelo do Pastor da Colonia, e julgo conveniente que continue a haver este auxilio para completo acabamento, e tornar-se digna para o Alto fim a que se dedica».

1. 3. — Caixa da Colonia

«Existe na Colonia uma Caixa chamada de Depósito que se acha a cargo do Director e onde actualmente deve existir alguns saldos, provenientes da arrematação da passagem do Rio Itajahy Mirim, pagamento de terras etc.» (6)

Apresentando as justificativas, o relator pediu a extinção da referida Caixa.

1. 4. — Os Argumentos do Director

Pelo officio datado daqui a 9 de outubro de 1871, dirigido ao Presidente da Provincia, o Director João Detsi explica sobre outras despesas extras—ordinárias. Elas deram-se com a vinda do Sr. Chefe de Policia e com as diligencias de captura de desertores, cuja conta é de Rs 168\$880.

1. 5. — O Processo

O processo estendeu-se de 1871 até 5 de março de 1874. Transcorreu todo na cidade de Itajaí. Note-se que

«O réo, achando-se ausente, não compareceu sendo chamado edictalmente para offerecer a sua contrariedade (...)» (6)

Na época era Juiz de Direito da comarca, o Dr. Manoel Martins Torres.

Mais adiante, nas Conclusões do próprio Juiz lê-se

«O facto constante do processo não pôde constituir o crime (...) Ainda mesmo que periodicamente se possa classificar tentativa de estellionato, pois, consistindo o estellionato no emprego de manobras fraudulentas (. . .), parece irrealizavel a tentativa porque faltão os elementos proprios que constituem o crime (...) (7)»

E finalizando

«Portanto, absolvo o réo da accusação que lhe foi (ilegivel) e, mando que, findo o prazo legal, se dê baixa na culpa; pagar as custas pelos cófres da Municipalidade.» (8)

1. 6. — Conclusão

O Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, por Portaria de 4 de novembro de 1871, exonerou o Major João

Detsi do cargo de Diretor das Colonias Itajaí e Príncipe D. Pedro.

A exoneração viera em boa hora, limpando o nome do acusado; mais tarde aquele ocuparia outros cargos públicos. O caso Detsi não foi o único; outros ex-Diretores da Colonia tiveram seu nome manchado, porém não foram indiciados. Relendo-se o processo, nada se pode notar, entretanto deve ter havido proteccionismo politico.

NOTAS:

1. Vide — CABRAL, Oswaldo R. — BRUSQUE — *Subsídios para a História de uma colonia nos tempos do Império, Edição da Sociedade Amigos de Brusque SAB, São Paulo. 1958.*

2. *Processo N° 4150 — Reclamante: Juiz de Direito de Itajaí; Reclamado: João Detsi, ex-Diretor da Colonia Itajahy, 1873. Documento para a História Judiciária de Brusque, em poder da Sociedade Amigos de Brusque,*

3. CABRAL, Oswaldo R. — BRUSQUE — páginas 146 e 147.

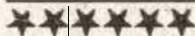
4. *Libelo do Processo N° 4150, fls. 5 a 8.*

5. *Idem Ibidem, fls. 7 e 8.*

6. *Idem Ibidem, fl. 51.*

7. *Idem Ibidem, fl. 51.*

8. *Idem Ibidem fl. 51 v. (O fecho da sentença de absolvição).*



Com a instalação de uma pequena fábrica de meias dos Irmãos Hering, na povoação e, logo após, com a pequena tecelagem de Karsten & Hadlich, em Têsto-Salto, abriram-se novas perspectivas à vida econômica da Colônia.

Afinal, a 4 de fevereiro de 1880, é aprovada a lei 860, elevando a Colônia à categoria de Município. Por essa lei, as freguesias de São Pedro Apóstolo de Gaspar e de São Paulo Apóstolo, de Blumenau, foram desmembradas do território

do município de Itajaí para formar um novo município, sob a denominação de Município de Blumenau. A sede seria a mesma da freguesia de São Paulo Apóstolo, que passava à categoria de Vila, sob o nome de Vila de Blumenau. Os limites permaneceriam os mesmos das duas freguesias. Tão logo os moradores arranjassem casa para a instalação dos serviços públicos administrativos, seria, igualmente, instalado o novo Termo Judiciário que, entretanto, persistiria dependente da Comarca de Itajaí.

BLUMENAU EM CADERNOS é composto e impresso nas Oficinas da
Fundação "CASA DR. BLUMENAU"

Aconteceu em Brusque ha 50 Anos

Ayres Gevaerd

Do jornal "Gazeta Brusquense" - 1925

Janeiro 6 — Estréia na cidade o "Grande Circo Irmãos Robattini", sob a direção de Pedro Robattini.

"Aviso — Foi roubada em noite de função do Circo Robattini, uma requinta que pertence à S. M. 14 de Julho. Quem descobrir o seu paradeiro favor avisar o Sr. Guilherme Varela, em Tijucas, que será gratificado com 50\$000".

Fevereiro 2 — Violento temporal de chuva e granizo desabou sobre a cidade causando vultuosos prejuízos. A violência do vento arrancou totalmente a cobertura de zinco da ponte Vidal Ramos.

Fevereiro 8 — O S. C. Brusquense em seu campo vence por 3 a 0 ao Operário F. C. de Itajaí.

Fevereiro 14 — João Schaefer, Superintendente Municipal sanciona a Lei nº 26 que cria no Município de Brusque o Distrito de Paz de Porto Franco com limites entre o Ribeirão das Águas Negras e a cabeceira do rio Itajaí Mirim.

Foi primeiro Juiz o Sr. João Merico e suplentes os Srs. Francisco A. Werner, José

Faquini e Pedro Colzani; escreveu o Sr. Humberto Mazzolli e Sub Delegado o Sr. Adamo Bolomini. A sede foi elevada à categoria de Vila pela Lei Estadual nº 86 de 31.3.1938.

Fevereiro 16 — Em Joinville falece o Revdo. Padre Theodoro Borgmann que exerceu por vários anos o cargo de adjunto do Vigário da Paróquia de Brusque. Foi também maestro da "Banda Musical Concordia".

Fevereiro 19 — Festiva e ruidosamente recepcionado pelos foliões brusquenses, S. M. Momo I e Único. O cortejo formou-se na ponte Vidal Ramos percorrendo, em seguida, as principais ruas da cidade.

Fevereiro 20 — Visita do Almirante Behnke da Marinha de Guerra da Alemanha. No Hotel Schaefer S. Excia. foi homenageado com um banquete.

PÁSCOA — Domingo, segunda e terça feira realizou-se a tradicional festa dos Atiradores. Nas competições oficiais de tiro venceram:

Rei do Alvo: Ernesto Ulber; 1º cavalheiro: Guido Grubitsch (Itajaí) e 2º cavalheiro Dr. Roberto Saletele. Rei do Cervo:

Emílio Boettcher.

Abril 10 — Extensa entrevista concedeu o industrial Carlos Renaux, recém chegado da Europa, ao jornal "Gazeta Brusquense". S.S. deu amplos detalhes do plano para instalar em Ribeirão do Ouro, fábrica de cimento, possibilitando o aproveitamento das grandes e ricas jazidas de calcáreo da região o que viria dar um extraordinário progresso à economia de Brusque. O minério, analisado na Europa, deu excelente resultado, o que significava cimento de primeira qualidade. Esclareceu ainda o entrevistado que o cimento será transportado da fábrica, em Ribeirão do Ouro, por um cabo aéreo, o que é muito mais econômico em relação ao transporte por estrada de rodagem ou ferrovia.

Abril 27 — Fundada a "Indústrias Têxteis Renaux S.A".

Maio 8 — O C.E. Paysandú presta homenagem ao Cel. Carlos Renaux e a seus filhos Otto e Paulo Renaux, este presidente do Clube. Na programação esportiva destacou-se a partida entre o C.E. Paysandú 3 e Humaitá F.C. de Nova Trento 3.

No quadro do Humaitá jogou J.Schneider um dos mais perfeitos jogadores de futebol que então se praticava em nosso Estado. Era alemão e

residia em nova Trento e era freqüentemente convidado para jogar nos Clubes de Tijucas, Nova Trento e Brusque.

Maio — Deixa o cargo de Promotor Público de Brusque o Sr. Manuel Tavares, cargo que exerceu por 31 anos.

Maio 16 — O S.C. Brusquense empata de 2 a 2 com o Avaí F.C. de Florianópolis.

Maio 26 — Na estrada Brusque — Itajaí chocaram-se violentamente os automoveis dos srs. Guilherme Niebuhr e Irineu Gonzaga. No mesmo dia, em Azambuja, o caminhão do sr. Braz Fischer um automovel com chapa de Jaraguá. Houve discussão, começo de briga, intervenção policial, multa e apreensão de cadernetas.

Junho 3 — Empate de 1 a 1 no jogo entre o C.E. Paysandú e S.C. Blumenau, em nossa cidade.

Junho 4 — Brusque recebe a visita do General Nepomuceno da Costa, comandante da 5ª Região Militar sediada em Curitiba.

Junho 13, 14 e 15 — Festivamente comemorado o 25º aniversário de fundação da Sociedade Ginástica Brusque, atual S.E. Bandeirante. A festa foi iniciada com marcha "Aux flambeaux" do Bar Bertoldo Luebke à sede social.

Julho 6 — Falece Albert Gevaerd.

Julho 10 — C.E. Paysandú vence por 4 a 2 o Operário F.C. de Itajaí, juiz o sr. Adolfo Silveira.

Julho 21 — Erich Tetzner, jovem, alemão, funcionário da firma Rodolfo Tietzmann & Cia., suicida-se com um tiro de revólver.

Julho 24 — O Distrito de Porto Franco, recém instalado, recebe a visita do Cônsul da Itália Cav. Caetano Vechietti. Acompanhou S.S. o superintendente João Schaefer e outras autoridades municipais.

Agosto 16 — Em Blumenau, S.C. Blumenauense 3 C.E. Paysandú 0,

Agosto 25 — Recital de Canto da cantora Rosi Gibom na residência da Família Buettner.

Setembro 12 — Bodas de prata do casal Max e Mathilde Koehler.

Setembro 26 — O S.C. Brusquense recepciona a delegação do Externato (Ginásio Catarinense) presidida pelo Revdo. Padre Leopoldo Brentano. No jogo então realizado, venceu o Externato por 4x1. Em dezembro, dia 20, o S.C. Brusquense retribuindo a visita joga em Florianópolis vencendo por 2 a 1. A delegação brusquense saiu de Brusque no dia 19 e regressou no dia 21. A "Gazeta Brusquense" de 24 daquele mês descreve minuciosamente o

que foi a excursão e o jogo. O S.C. Brusquense recebeu a Taça "Padre Leopoldo Brentano".

Outubro 1 — Visita oficial do Ministro Alemão Herbert Knipping, festivamente recepcionado. Em nome do Município S.Excia. foi saudado pelo sr. Arthur Gevaerd.

Outubro 4 — Henrique Bosco e Arthur Gevaerd fundam a Associação Esportiva Infantil destinada à cultura moral e física dos menores brusquenses.

Novembro 1 — Em Brusque, Clube Esportivo Paysandú 1 Palestra Itália, de Nova Trento, 0.

Novembro 29 — Iniciam-se os exames da primeira turma de Complementaristas de Brusque, Curso anexo ao Grupo Escolar Feliciano Pires. Os diplomas foram entregues a 16 de dezembro pelo Juiz de Direito Dr. Urbano Müller Salles.

Dezembro 4 a 10 — 9a. Cia. de Metralhadoras Pesadas, com sede em Blumenau acampa e realiza exercícios em nossa cidade. A população brusquense recebeu calorosamente a Cia. comandada pelo Cap. Thomé Rodrigues.

— As Empresas Carlos Renaux instalam a primeira Fecularia em Brusque, lavoura e indústria que em seguida tomou notável desenvolvimento.

— Receita e Despesa do município prevista para 1925: 47:000\$000, respectivamente.

À “modernização” e as elites emergentes: a contribuição alemã

WALTER F. PIAZZA

I - Introdução :

Diz Pinheiro Machado que «O processo de modernização, como processo, parte de um tipo-ideal, que de maneira generalizada, foi denominada de “sociedade tradicional”, cujas características seriam as da “sociedade pré-capitalista” (1).

Ora, para se conduzir o raciocínio, tem-se “tradição” e “modernidade” como elementos do quadro de referência, porquanto “modernidade” é a situação da “modernização” e esta se refere ao desenvolvimento “latu sensu”, ou seja, melhor equacionando, a passagem da “sociedade tradicional para a “sociedade moderna”.

Ora, de acordo com as análises do processo de “modernização” poderemos enquadrá-la, quer dentro de modelos teóricos, quer utilizando parâmetros tais, como a *economia* (sociedade de mercado, onde predomina a industrialização, onde domina o trabalho industrial sobre o rural), a *urbanização* (alto grau de urbanização, com grandes concentrações nas metrópoles), a *demografia* (baixos índices de natalidade e de mortalidade), a *estratificação social* (grande mobilidade social, diversidade de extratos), a *família* (baixo grau de integração familiar, a pequena família), a *religião* (pequena influência na família moderna), a *educação* (bastante ampla na sociedade moderna), e os *meios de comunicação* (grande influência sobre a massa populacional, com a explosão do conhecimento e refletindo, diretamente, na ampliação da tecnologia, e daí nos meios de comunicações).

Dai resultou, inquestionavelmente, um impacto de mudanças sobre as instituições e os valores sociais.

Dos parâmetros alinhados se deve dizer que o seu aparecimento ou a sua ação sobre a “sociedade tradicional” não se faz ao mesmo tempo e com o mesmo ritmo.

Assim, os ritmos de “modernização” são variáveis e ela se reflete, historicamente, numa visão analítica, causal e inventiva, na multiplicação dos implementos e das técnicas, na flexibilidade das estruturas sociais e na permanência da identidade cultural.

Assim, criou-se a *ideologia da modernização*, a partir do *Enciclopedismo*, em ritmo mais acelerado.

No Brasil-Colônia, fruto das estruturas mentais portuguesas, vamos senti-lo através da política pombalina, onde o pragmatismo da “Ilustração” ressalta com a filosofia utilitarista ao lado da elevação da tecnologia, freada, entretanto, pela falta de mentalidade empresarial. As

atitudes governamentais do Marquês do Lavradio, vislumbradas no seu "Relatório", de 19 de junho de 1779, mostram esta marca. É, no entanto, uma atitude isolada, onde merecem destaques as fórmulas "enciclopedistas" de "modernização", como o preparo de caixeiros (aula de comércio), o manual da Índia para cultura da amoreira, a preparação de técnicos para a demarcação de fronteiras, ao lado de atitudes práticas como o plantio experimental de novos cultivos (a cochonilha e o linho cânhamo), o preparo de fibras (da guaxima), o financiamento agrícola (da cultura do anil) (2).

Nos pródromos da Independência a "modernização" do Brasil vai enfrentar, a partir do momento mesmo da chegada da Família Real Portuguesa à Bahia, o entrecchoque de idéias, de um lado "agraristas", como José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairú, e de outro "industrialista", como Hipólito José da Costa, editor do "Correio Brasiliense", vinculado à Inglaterra e, por isto mesmo, assistindo, ali, os impulsos da Revolução Industrial (3).

Vai se desenvolver, a partir de então, toda uma luta pela "modernização" do Brasil, mas, há uma dependência econômico-financeira da Inglaterra, já, a partir de 1810.

Mas, pouco a pouco, vai surgindo a atitude empresarial e pioneira, desde a instalação, em 1810, dos fornos da siderurgia de São João do Ipanema (Sorocaba, São Paulo), até a entrada em cena de Irineu Evangelista de Souza, o futuro Visconde de Mauá, com a fundição e estaleiro de Ponta da Areia, em 1845, seguindo-se toda uma gama de empreendimentos dinamizadores das potencialidades nacionais (4).

Há, por sua vez, paralelamente, a contribuição inglesa à "modernização", quer na criação da infra-estrutura do desenvolvimento da cafeicultura e da comercialização do café, quer na criação da rede ferroviária brasileira, onde o inglês constroe, financia e dá assistência técnica, quer, ainda, na construção e aparelhamento de portos, ou, então, em investimentos diretos, em fundições, moinhos de trigo, indústrias têxteis, engenhos centrais, etc., ou na criação de bens de capital, como máquinas, carvão e ferro (5).

A este quadro deve-se, entretanto, juntar a contribuição do elemento humano, que através da imigração, vai contribuir, de maneira "sui generis", para a "modernização" do Brasil.

Os imigrantes vão formar ao lado na "sociedade tradicional" uma nova sociedade, cujos valores vão, efetivamente, determinar a criação de uma nova elite, que, passo a passo, assoma no cenário social, econômico, político e é, por isto, denominada "elite emergente".

Dai porque o título do presente trabalho!

NOTAS:

(1) MACHADO, Brasil Pinheiro. *Modernização, uma abordagem histórica*. Cadernos, Centros de Estudos Rurais e Urbanos, São Paulo. 5:93-95. 1972.

(2) LAVRADIO, Marquês do. *Relatório a Luiz de Vasconcelos e Souza*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 4(16): 409-486, 1863.

(3) LUZ, Nícia Villela. *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961, 213 p.

(4) FARIA, Alberto de. *Mauá*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1946.

(5) GRAHAM, Richard. *Britain and the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914*. Cambridge, 1968 (há tradução brasileira: *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil, 1850-1914*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973).

II - Quadro Geral do povoamento e da colonização em Santa Catarina

A ocupação pura e simples do solo do atual Estado de Santa Catarina tem raízes nos anos primeiros do século XVI pelo europeu, quer náufrago, quer desertor ou, ainda, degredado das expedições que perambulavam o nosso litoral ou demandavam os «mares do Sul».

Mas, o crescimento vegetativo cede lugar à dinâmica veloz do superpovoamento açoreano, intensamente efetuado de 1748 a 1756 (1).

Depois, nas vésperas da Independência, o Intendente de Marinha, Miguel de Souza Mello e Alvim, foi incumbido de instalar, pelo Ministro Thomaz Antônio de Vilanova Portugal, pelo Decreto de 18 de março de 1818, com pescadores, na Enseada das Garoupas (hoje Porto-Belo), a colônia «Nova Ericeira», dispendendo o governo, com a aquisição de terrenos e construção de casas, Rs. 5:383\$458 (2), e ali, inicialmente, se instalaram 101 pessoas, de ambos os sexos.

Pela Provisão régia de 8 de abril de 1823 é autorizado o governo da Província de Santa Catarina a conceder «sesmarias» de um quarto de légua quadrada «aos colonos residentes nessa província, e a todas as mais pessoas que estiverem em circunstâncias de poderem fazer estabelecimentos rurais».

É o primeiro Governo Provincial a iniciar no Brasil, um programa de imigração—e até 1840, o único.

O processo de ocupação do solo, num sentido colonizador, se dá a partir de 1829.

Neste ano tem início a colônia «São Pedro de Alcântara», com elementos germânicos, num total de 635 pessoas, às quais, no mesmo ano, acresceram outras 59, e, do total nela instalado 162 eram ex-soldados dos batalhões alemães dissolvidos no Rio de Janeiro, e, também, entre eles, haviam aqueles que eram artesãos e não agricultores. Sobre as condições geo-climáticas da colônia é bom salientar a sua acentuada tropicalidade. Essas condições fizeram com que, em 1837, colonizadores de «São Pedro de Alcântara» saíssem à procura de novas terras e no vale do Cubatão fixassem a colônia «Vargem Grande», como irão, mais tarde, migrar para outras áreas da então Província de Santa Catarina, seja ao longo do vale do Itajaí, seja na colônia «Dona Francisca», ou ainda, vão fornecer ponderável parcela da população da colônia nacional de Angelina, ou, ainda, vão alcançar os formadores de Tubarão, no vale do Capivari, ou do Araran-

guá, no vale do Mãe Luzia. E, em seguida, formada a colônia «*Leopoldina*», com 55 colonos alemães, localizados no alto vale do rio Biguaçu, com estes se entrosam os colonos de «*São Pedro de Alcântara*» (3).

Neste meio tempo, no alto vale do rio Tijucas, a firma Demaria & Schutel, constituída por Carlos Demaria e pelo Dr. Henrique Ambauer Schutel, teve início a colônia «*Nova Itália*», em 1836, quando vieram, do Reino da Sardenha, 186 pessoas, das quais 116 ali se localizaram (4).

Entretanto, o Ato Adicional à Constituição, promulgado em 1834, autorizara as Províncias a fundar estabelecimentos colonizadores. No ano seguinte o Regente Diogo Antônio Feijó incitou as províncias a providenciarem transporte e manutenção de imigrantes, arranjar seu emprêgo na agricultura ou no artesanato e, enfim, a promulgar boas leis sobre imigração.

Quase simultaneamente, por força da lei Provincial nº 11, de 5 de maio de 1835, fundam-se duas colônias, cada uma com dois arraiais, no baixo curso do rio Itajaí-açu e Itajaí-mirim, em sua planície aluvial—o são *Pocinho* e *Taboleiro*—, instaladas em 1846, com 141 pessoas, na sua maioria nacionais. Estas colônias arrastaram-se até 1852, sem apresentar resultados satisfatórios, em parte devido às administrações que tiveram (5).

Por esse tempo a Lei Provincial nº 49, de 15 de junho de 1836, permitia a colonização por firmas comerciais ou companhias particulares, tanto nacionais, como estrangeiras, apesar de caber tal iniciativa ao Governo Imperial e a Lei Provincial nº 79, de 2 de maio de 1837, também estabelece disposição sobre colonização.

Tal fato, entretanto, vai resultar num conflito jurisdicional.

O Governo Imperial, pela Decisão de 21 de julho de 1837, vai informar ao Governo da Província de Santa Catarina que a Assembléa Provincial tinha excedido sua autoridade quando concedeu terras públicas para estabelecimentos colonizadores e tem-se presente que nenhum esforço foi efetuado para recobrar as terras que tinham sido dadas, mas, o programa provincial de colonização foi suspenso por este ato.

Entrementes vai ser sentido o problema dos excessos populacionais na Ilha de Santa Catarina, como se depreende do «Relatório» ministerial (6):

“Na Ilha, e em todo o litoral do continente vem-se apinhados centenares de homens trabalhando a terço, e consumindo-se para tirarem a custo escassa subsistência de terras já de há muito esterelizadas, ao mesmo tempo que tem à vista, e à mão vastos terrenos férteis, que não podem rotear, com a certeza de os possuírem. Tenho exigido informações acerca do número de chefes de família, que, não tendo terras próprias, as desejão como colonos; e das já recebidas, de sete distritos que não são os mais populosos, vejo que sobe a 431 o número deles, com 1633 pessoas de família”.

Trata-se, pois, de uma demonstração pública e oficial, de um velho problema que só seria encarado, firmemente, numa tentativa de so-

lução, em 1860, com a implantação da Colônia Nacional «Angelina».

Mas, a grande novidade vai se dar em 1842. Surge em terras brasileiras um novo tipo de experimento colonizador. São discípulos do «socialista utópico» Charles Fourier, que, sob a égide de D. Pedro II, e sob o comando e orientação do médico homeopata Dr. Bento José Mure, vão fundar na península do Saí, norte-catarinense, a «Colônia Industrial do Saí», inicialmente com 100 franceses, das mais variadas profissões. Para esta colônia, no orçamento do Império Brasileiro, houve uma verba, naquele mesmo ano de 1842, no montante de 64 contos de réis.

Sendo uma colônia de artesãos e operários especializados faltou-lhe a necessária base agrícola para a subsistência diária, apesar de todo apoio do Governo Brasileiro, e de tal forma se processam os fatos que o representante do Governo Francês, no Rio de Janeiro, em 1844, solicitava ao seu país que obstasse o embarque daqueles que se apresentassem, na França, para se reunir aos «falansterianos», já fixados no Brasil (7).

E, estes «falansterianos», pouco a pouco, se espalharam por Santa Catarina e outras partes do Brasil.

Em 1843, novamente no vale do rio Tijucas, mas, desta vez, às margens do ribeirão do Moura, o cidadão brasileiro Manoel Floriano da Silva, obteve uma concessão de terras ali, instalou uma colônia, «Flor da Silva», inicialmente com seus filhos e um genro. Sem auxílio governamental ela se desenvolveu, paulatinamente, e se incorporou à comunidade catarinense (8).

E, após percorrer Santa Catarina e descrevê-la para a *Societate de Belgo-Brasileira*, Charles Van Lede (9) estruturou uma colônia com belgas à margem do rio Itajai-açu. Esta colônia era patrocinada pela «Compagnie Belge-Brasiliene de Colonisation», organizada em 1844, com o capital de seis milhões de francos belgas, distribuídos em seis mil ações, com o apoio de Leopoldo I, da Bélgica, e de D. Pedro II, sustentada por uma Sociedade de Comércio de Bruges, pelo Banco de Flandres em Gand, e diversos financiadores (10). Nela se instalaram, inicialmente, 90 belgas, vindos pelo brigue «Jean Van Euck» (11), e, depois, mais 60 indivíduos. Mas, as dificuldades advindas com a morte do idealizador e a má administração levaram à falência o empreendimento, incorporando-se, pouco a pouco, a população ao contexto nacional.

O Governo Imperial, em 1847, faz iniciar onde, nos tempos coloniais se localizara a «armação» de baleias de *Nossa Senhora da Piedade*, fronteira à ponta norte da Ilha de Santa Catarina, uma colônia com elementos germânicos, num total de 150 pessoas. Tal local era impróprio para a agricultura e falta de melhores condições de comunicação. No fim de seis anos não restava no local um único dos colonos, todos haviam se mudado para outras áreas da Província (12).

Em decorrência do decreto do Governo Imperial, em 1846, instalou-se a colônia «Santa Isabel» (13), inicialmente na confluência do rio dos Bugres com o rio Cubatão, em julho de 1847, com 265 imigrantes alemães, chegados, respectivamente, em dezembro de 1846 no bergantin

«Vênus», com 120 pessoas, em março de 1847 na sumaca «14 de novembro», com 81 pessoas, e em fins de 1847 na galeota belga «Jean de Locquenghien», com 64 pessoas (14). A agricultura praticada, sem adoção de melhores técnicas agrícolas, aliada ao depauperamento do solo, degenerou na perda de substância econômico-social da colônia e muitos dos colonos migraram (15).

Em 31 de janeiro de 1850 o Governo Imperial toma medida de alto alcance nacionalista: torna extensivo à colônia «São Pedro de Alcântara» o disposto no decreto legislativo nº 397, de 3 de setembro de 1846, que se refere à naturalização de estrangeiros.

E, no sentido do desenvolvimento colonizador a Província de Santa Catarina põe em execução a sua Lei nº 484, de maio daquele ano de 1850.

Concomitantemente, comissionado pela «Sociedade de Proteção aos Imigrantes», de Hamburgo, o Dr. Hermann Otto Blumenau, entrará, em 1848, em contato com a realidade brasileira, percorrendo o Rio Grande do Sul e, posteriormente, Santa Catarina (16). Daí surgiram os primeiros entendimentos para a fundação de uma colônia com imigrantes alemães.

E, assim, em 1850, a 2 de setembro, na confluência do ribeirão da Velha com o rio Itajai-açu plantou a sua colônia com 17 pioneiros, todos luteranos, dos quais, somente dois lavradores e contando-se, entre eles, agrimensor, carpinteiros, marceneiros, charuteiro, funileiro e ferreiro. Nasceu, desta forma, a colônia «Blumenau» (17).

Par a par, por força da Lei nº 166, de 29 de Setembro de 1840, que estabelecia os dotes das Princesas Imperiais, e determinava em seu artigo 4º que teriam «um patrimônio em terras pertencentes à Nação» e, em razão do casamento da Princesa Francisca Carolina com François Ferdinand Phillippe, Príncipe de Joinville, no seu contrato matrimonial explicitou-se que tal dote teria 25 léguas quadradas, em um ou mais lugares da Província de Santa Catarina. E, Leonce Aubé, como procurador do Príncipe de Joinville, foi quem escolheu o local para a fixação das «terras dotais», que seriam medidas em 1845 (18). E, face ao contrato dos Príncipes de Joinville, por seu procurador Leonce Aubé, com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, aprovado pelo Governo Imperial em Decreto de 15 de maio de 1850, «para a fundação de uma colônia agrícola», tem-se os fundamentos da colônia «Dona Francisca», cuja sede seria, desde logo, denominada Joinville (19).

Instituída a Lei de terras, de 1850, regulamentada pelo Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, é nomeado para executor dessa Lei em Santa Catarina, como juiz comissário para os trabalhos de legitimação e revalidação das posses e sesmarias o 1º Tenente do Corpo de Engenheiros, Dom Eugênio Frederico de Sossio e Seiblit.

O processo colonizador, é, então, intenso na Província de Santa Catarina. Em 1852 estão em plena atividade e se desenvolvendo as colônias «Dona Francisca», «Blumenau», «Itajai», «Dom Afonso», «Piedade», «Leopoldina» e «Santa Isabel» (20). No ano de 1853 eram, ainda, as mesmas (21). Em 1854 acrescenta-se aquele número a colônia militar «Santa Tereza» (22). Em 1855, são, também, as mesmas (23).

Entretanto, no ano de 1856 mereceu menção do Presidente da

Província a *Colônia Comercial do Saí*, do «comerciante Flores, do Rio de Janeiro (24), que, até hoje, não mereceu uma linha sequer dos estudiosos da História catarinense.

Já, no ano de 1857, são referidas, somente, as colônias militar de «Santa Tereza», «Blumenau» e «Dona Francisca» (25).

No ano seguinte de 1858 trata das mesmas e mais da colônia «Leopoldina» (26).

O Presidente João José Coutinho, dadas as suas qualidades de administrador e o tempo que governou a Província de Santa Catarina—nove anos, oito meses e quatro dias (27), não se ocupou devidamente com a colonização e o povoamento do solo catarinense. Esteve voltado para outros aspectos da administração pública. Entretanto, ao assumir a Presidência da então Província elaborara uma «resumida história», que, pelo ofício nº 4, de 27 de janeiro de 1854, dirigiu ao Ministro do Império, tratando das colônias existentes na Província, até aquela data (28).

E, qual era a situação na Europa com relação à emigração para o Novo Mundo?

«...Interesses de ordem econômica, pendores filosóficos, predileções exóticas, a insatisfação com a realidade social e a ânsia de fuga para algo melhor, tudo reflete-se na imagem européia da América, e, portanto, do Brasil» (29).

Mas, as raízes são bem mais profundas e o retrato bem marcante da situação é aquele encontrado na Alemanha;

«As condições políticas e sócio-econômicas do país favoreciam. O próprio Goethe, aliás, com o «Lied das Auswanderer» ou com o «Wanderlied» reflete o interesse, pela busca da sorte em outras terras. O Brasil mesmo não lhe foi indiferente» (30).

E, qual tinha sido, até então, o processo emigratório alemão?

«De 1818 a 1830, o algarismo dos colonos alemães aportados ao Brasil foi de 6.856. Esse movimento paralizou-se por completo de 1830 a 1837. Recomeçou, no ano seguinte, lentamente, a princípio, e até 1874 foi de 71.247. Entre 1843 a 1859, entraram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mais ou menos 20.000 colonos alemães (31).

Estes dados, entretanto, não coincidem com os dados oficiais, que fixam em 59.974, no período 1820-1883, os alemães entrados no Brasil. Vejamos como se exprime, numericamente, tal imigração:

«Em 1850, com a população total de 74.927, encontraram-se 1.342 estrangeiros, ou 1,79 % (excluem-se da rúbrica «estrangeiros», aqui como nos cálculos a seguir, os negros africanos).

«Em 1858 contam-se, então, entre os 127.786 habitantes da província, 6.444 estrangeiros, ou 5,04 %» (32).

E, com o Rescrito de Von der Heydt, de 1859, paraliza tal movimento, ou pelo menos, diminui de intensidade. O Brasil terá, então, que procurar outras soluções e Santa Catarina vai ter que encontrar outros contingentes e outras formas para ocupar o seu território ainda grandemente vazio.

Tal atitude da Prússia foi acompanhada pelos governos de Baden e de Wurtemberg, e, em 1871, extensiva a todo o Império Alemão (33).

Deve-se, entretanto, considerar que, em 7 de maio de 1853, já

a Prússia promulgara uma lei regulamentadora do processo emigratório, e o decreto de 3 de novembro de 1859, conhecido como Rescrito Von der Heydt, por ser assinado pelo ministro prussiano August Von der Heydt, do Comércio, Indústria e Obras Públicas, designando, nominalmente, os empresários que tinham suspensas as suas concessões para encaminhar emigrantes para o Brasil. Outrossim vamos notar que diminue as entradas de alemães, mas, as próprias estatísticas comprovam que não o é em números tão alarmantes (34).

Esta vai ser uma das causas da criação, pelo Governo Provincial de Santa Catarina, da colônia nacional «*Angelina*», a 10 de dezembro de 1860 (35).

Mas, um pouco antes, ainda se fundara, com elementos germânicos, uma colônia às margens do rio Itajaí-mirim, com o nome de colônia «*Itajaí*», mas que, desde logo, foi sendo popular e oficialmente conhecida como «*Brusque*»,—em homenagem ao Presidente da Província, Dr. Carlos Araújo Brusque—, cuja criação fôra determinada pelo Aviso Imperial de 18 de junho de 1860, e instalada, a 4 de agosto do mesmo ano, pelo Barão Maximiliano Von Schneeberg, seu primeiro diretor, com 54 imigrantes da Prússia e do Hesse (36).

E, em 1862, a sua população se apresentava com 789 habitantes, constante de 115 de Baden, 34 famílias da Prússia, 20 do Ducado de Schleswig-Holstein, 10 de Oldemburg, 7 da Baviera, 3 de Hesse, 3 da Áustria, 2 de Württemberg, 2 da Holanda, 2 de Schwartzburg, 1 de Braunschweig, 1 da Alsácia, 1 de Hannover, 1 de Lanenburg, e 1 brasileira (37). Como se vê, uma diversificada contribuição dos mais variados pontos de língua alemã.

E, até 1875 — quando tem início a «grande colonização italiana» — vão aportando, e continuarão aportando elementos germânicos em Santa Catarina, cujo dimensionamento não está devidamente realizado, e, para se ter uma pequena amostra se reproduz o seguinte quadro da evolução da contribuição alemã:

Estabelecimento	Ano	População	Católicos	Protestantes
Dona Francisca	1852	394	10	384
	1857	1428	142	1286
	1859	2475	446	2029
	1860	2885	482	2403
	1862	3050	613	2437
Blumenau	1855	246	3	243
	1862	1531	162	1369
	1866	2625	504	2121
	1867	2861	581	2280
	1870	6188	1128	5060
Itajaí (Brusque)	1862	727	486	241
	1865	1121	510	611
	1867	1333	931	402
	1868	1517	1015	502
	1869	1673	1102	571
	1870	1728	1148	580
Santa Isabel	1862	667	270	397 (37 A)

Como se vê, excetuando a colônia «Brusque», as demais apresentam maior contingente de protestantes que de católicos. Poder-se-ia, pois, a partir deste quadro, estabelecer uma série de ilações, como aquelas de Max Weber sobre a «ideologia capitalista», e as relações com o protestantismo (38).

NOTAS:

- (1) BOITEUX, Lucas A. *Açorianos e madeirenses em Santa Catarina*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 219:122-169, abr-jun 1953.
- (2) PIAZZA, Walter F. *Atlas histórico de Santa Catarina*. Florianópolis, Departamento de Cultura da Secretaria de Governo, 1972, 69 p.
- (3) PIAZZA, *Atlas*. p. 24.
- (4) BOITEUX, Lucas A. *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*. Florianópolis, Dep. de Estatística e Publicidade, 1939, 65 p.
- (5) PIAZZA. *Atlas*. p. 24
- (6) *Relatório do Ministério do Império*. 1842. p. 22
- (7) BOITEUX, Henrique. *O Ialanstério do Saí*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, 12: 47-90, 1º semestre de 1944.
- (8) PIAZZA, Walter F. *“Fourierismo” em Santa Catarina*. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, 13(4): 63-66, abr. 1972.
- (9) MATTOS. *Colonização*. p. 76-77.
- (10) LEDE, Charles van. *De la colonisation au Brésil*. Bruxelles, Librairie Polytechnique, 1845. 427 p.
- (11) STOLS, Eddy. *Les investissements belges au Brésil (1850-1914)*. In: *Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique: L' Histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, 1971. p. 259-267.
- (12) GEVAERD, Ayres. *O pioneiro Engelbert Gevaerd e seus descendentes*. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, 14(3): 53-56, mar. 1973.
- (13) MATTOS, *Colonização*. p. 62.
- (14) MATTOS, *Colonização*. p. 63-64.
- (15) MATTOS, *Colonização*. p. 105.
- (16) SCHADEN, Francisco S. G. *Notas sobre a localidade de São Bonifácio*. *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*. Florianópolis, 1940: 40 p.; e *Notas para a história da localidade da Löffelscheidt*. São Bonifácio, s/ed., 1946. 32 p.
- (17) JAMUNDÁ, T. C. *Um alemão brasileiríssimo, o dr. Blumenau*. Blumenau, Imprensa Paranaense, 1966. 115 p.
- (18) SILVA, José Ferreira da. *História de Blumenau*. Florianópolis, EDEME, 1972. 381 p.
- (19) AUBÉ, Leonce. *La Province de Sainte-Catherine et la colonisation au Brésil*. Rio de Janeiro, Imprimerie Française, 1861. 162 p.

- (19) FICKER, Carlos. *História de Joinville; crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville, Impressora Ipiranga, 1965. 447 p.
- (20) COUTINHO, João José. *Falla*. Desterro, Tip. do Conservador, 1853. 30 p. (referência p. 7-10).
- (21) COUTINHO, *Falla*. Desterro, Tip. do Correio Catarinense, 1854. 48 p. (referência p. 9-11).
- (22) COUTINHO, *Falla*. Desterro, Tip. do Correio Catarinense, 1855. 54 p. (referência p. 7-11).
- (23) COUTINHO, *Falla*. Rio de Janeiro, Tip. Universal, 1856. 53 p. (referência p. 9-12).
- (24) COUTINHO. *Falla*. Tip. de J. Villeneuve & Cia., 1857. 70 p. (referência p. 30-33).
- (25) COUTINHO. *Falla*. Santa Catarina, Tip. Catarinense, 1858. 27 p. (referência p. 12-14).
- (26) COUTINHO. *Falla*. Santa Catarina, Tip. Catarinense, 1859. 28 p. (referência p. 15-16).
- (27) PIAZZA, Walter F. *O Presidente João José Coutinho*, Florianópolis, Comissão Nacional de História, 1956. 18 p.
- (28) COUTINHO. *Relatório*. Desterro, Tip. de J. J. Lopes, 1859 23 p. (referência p. 17).
- (29) CAMPOS, Pedro Moacyr. *Imagens do Brasil no velho mundo*. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965. 2 (1); 40-63.
- (30) CAMPOS. *Imagens...* p. 57.
- (31) FLEIUSS, Max. *História administrativa do Brasil*. São Paulo, Cia. Melhoramentos, s/d. 844 p. (referência p. 205).
- (32) CÂMARA, Lourival. *Estrangeiros em Santa Catarina*. Florianópolis, Departamento Estadual de Estatística, 1940. 48 p.
- (33) BALHANA, Altiva P. MACHADO, Brasil Pinheiro & WESTPHALEN, Cecília. *Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. Anais do IV Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. Colonização e migração* (Porto Alegre). São Paulo, Revista de História, 1969. p. 345-389. (referência p. 361).
- (34) FOUQUET, Karl. *Der Von Der Heydt'sche Erlass Von Jahre 1859. Staden-Jahrbuch*, São Paulo, 14: 71-81. 1966. (referência p. 74-75). (Tradução do alemão pela Prof. Regina M. Erdmann).
- (35) PIAZZA, Walter F. *Angelina, um caso de colonização nacional*. Tese de livro docência. Florianópolis, mimeografada, 1973. 279 p.
- (36) SEYFERT, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-mirim, - Um estudo de desenvolvimento econômico*. Dissertação de Mestrado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, mimeografada. Rio de Janeiro, - 1973. 159 p. e Porto Alegre, co-edição Editora Movimento - Sociedade Amigos de Brusque, 1974. 159 p. (Referência à p. 41).
- (37) SEYFERT. cit. p. 41.
- (37 A) BROWNE, Georg P. *Government immigration policy in Imperial Brazil. 1822-1870* (Tese de doutorado a The Catholic University of America, 1972). 377 p. Ref. p. 304-305 (table IX).
- (38) WEBER, Max. *História econômica general*. México, Fondo de Cultura Econômica, 1942. 419 p. (Cap. IV, § 9º - Desarrollo de la ideología capitalista).

(Continua no próximo número)

ESTANTE CATARINENSE

Carlos Braga Mueller

Depois de ausente por algumas edições, voltamos hoje a manter este contato mensal com os leitores de "Blumenau em Cadernos". Ao abordarmos livros e autores catarinenses, não podemos deixar de lembrar a figura do saudoso professor José Ferreira da Silva, fundador destes cadernos. Para ele, a seleção e pesquisa de autores de nosso Estado era uma meta estabelecida. E por isso mesmo, a Biblioteca Pública Fritz Mueller, de Blumenau, da qual ele foi Diretor por mais de 10 anos, pode orgulhar-se de possuir hoje em dia uma das mais completas estantes de autores e livros catarinenses. Seu sucessor nesta missão, o jornalista e homem de letras Frederico Carlos Allende, também vem dedicando toda a atenção ao assunto. Podem, assim, os estudiosos de Santa Catarina, valer-se da biblioteca de Blumenau para complemento de seus trabalhos, na certeza de que ali encontrarão, se não tudo, pelo menos uma grande parte do que procuram.

x x x

BREVE NOTÍCIA SOBRE O PODER LEGISLATIVO DE SANTA CATARINA—Oswaldo Rodrigues Cabral— Editora Lunardelli, 1975.

Recebo, com satisfação, um exemplar autografado deste livro, que considero uma obra de grande valor para o estudo do desenvolvimento político do Estado. O autor, Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral, historiador emérito e a quem se devem muitas obras de importância sobre a história de Santa Catarina, realizou aqui um trabalho em que pôde aplicar duas faces dos seus conhecimentos: uma, como historiador e pesquisador. A outra, como político e presidente que foi da Assembléia Legislativa. Dessa experiência de Cabral nasceu um livro honesto e que transmite muito bem o assunto enfocado. A edição teve os auspícios da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, sendo presidente Zani Gonzaga. Na primeira parte da obra, encontramos a história do poder legislativo durante o Império, seguido de uma relação completa das Legislaturas e

respectivos legisladores. Em seguida, vem uma abordagem sobre o período abrangido pela República, até os dias atuais. Também os deputados catarinenses, desde a Constituição de 1891, até a 7a. Legislatura (71 a 74) estão relacionados.

Na apresentação do livro, Norberto Ulysséa Ungaretti escreve que ele fornece «valiosos subsídios para uma futura história da política catarinense». E nós gostaríamos de dizer mais: que esta história política já deveria estar sendo escrita pelos historiadores de Santa Catarina. Quem sabe mesmo se alguém já não está escrevendo? Finalizando esta apreciação da «Breve Notícia sobre o Poder Legislativo de Santa Catarina», fica a sugestão de que não deixem de ler este interessante trabalho do Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral. A editora é a Lunardelli, a quem podem ser feitos os pedidos no seguinte endereço: Rua Victor Meirelles, 28—Florianópolis. As livrarias das principais cidades do Estado, também já devem estar com o livro a venda.

Blumenau, Através De Seus Filhos, Começa À Pagar Uma Dívida De Gratidão

O nosso amigo Bruno Hildebrand, informa-nos o seguinte:—«Annigrete Metzdorf, blumenauense da gema, nascida na Maternidade Elisabet Koeler no dia 7/setembro/1956, filha de Maria e Siegfried Metzdorf (alemães) após diplomar-se na Alemanha em Enfermagem Pediátrica, atualmente leciona num Instituto de Crianças Surdas-Mudas, Gehörlose Schule, em Heilbronn/Neckar—Alemanha».

A Escola São Paulo

Em 1877 o padre José Maria Jacobs, contratado, no ano anterior, como vigário para a Colônia, fundou a sua Escola São Paulo de profunda influência no desenvolvimento educacional de toda a região. Essa escola, de princípio, destinara-se ao ensino da religião e das primeiras letras. Mas, pouco depois, foi ampliada, possuindo, inclusive, pensionato para meninos do interior. As matérias lecionadas constavam de língua e literatura portuguesa, língua e literatura alemã, geografia, história geral e do Brasil, história natural, desenho, matemática, contabilidade, canto, além de ensino superior de religião. A pedido dos interessados e mediante pagamento extra, ensinava-se também: piano, violino, inglês, francês, latim, grego e trabalhos manuais para meninas e moças. Os alunos sem grandes recursos pagariam, no pensionato, 80\$000 e, os de maiores possibilidades 150\$000 anuais. Os primeiros receberiam alimentação reforçada, com carne diariamente, os demais participariam da mesa do diretor e professores.

FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

Instituída pela Lei Municipal Nº. 1835, de 7 de abril de 1972
Declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº. 2028 de 4/9/7
Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425
89100 B L U M E N A U Santa Catarina
Instituição de fins exclusivamente culturais

São objetivos da Fundação:

Zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural do município;

Organizar e manter o Arquivo Histórico do Município;
Promover a conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore regional;

Promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do Município;

Criar e manter museus, bibliotecas, pinacotecas, discotecas e outras atividades, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural;

Promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município;

A Fundação realizará os seus objetivos através da manutenção das bibliotecas e museus, de instalação e manutenção de novas unidades culturais de todos os tipos ligados a esses objetivos, bem como através da realização de cursos, palestras, exposições, estudos, pesquisas e publicações

A Fundação "Casa Dr. Blumenau", mantém:

Biblioteca Municipal "Dr. Fritz Müller"
Arquivo Histórico
Museu da Família Colonial
Horto Florestal "Edite Gaertner"
Edita a revista "BLUMENAU EM CADERNOS"
O Mensário "O LEITOR"
Tipografia e Encadernação
(exclusivamente para serviços internos)

Diretor Executivo: *Federico Carlos Allende*

Conselho Curador: *Hercílio Deeke* - presidente
Edison Müller - vice-presidente

Membros: *Elimar Baumgarten* — *Christiana Deeke Barreto* —
Isolde Hering d'Amaral — *Rolf Ehlke* — *Nelo Osti*



TOALHAS ARTEX

a moda em toalha